



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

ATA N.º 1/2024

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO

A Assembleia Municipal de Borba reunida em 23 de fevereiro de 2024 com a presença da totalidade dos seus membros, e sob a Presidência da Senhora Maria João Barroso Lopes, secretariada pelo senhor Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar, na qualidade de 1º Secretário, e pelo senhor Jorge Manuel Oliveira Pinto, na qualidade de 2º Secretário, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período Antes da Ordem do Dia

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da Ata n.º 8 da sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2023.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apreciação das atividades da Câmara e da sua situação financeira.

PONTO QUATRO: Informação sobre a Sessão Comemorativa do 50º aniversário do 25 de abril e ações da iniciativa da Mesa da Assembleia Municipal.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

Tendo presente o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro lavra-se a presente ata.

Estiveram presentes os membros: Paulo Vicente Ramos Mendanha; Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar, Olga Marina Lobinho Alpalhão; Vanda Cristina Branco Godinho; Maria João Barroso Lopes; Luís Carlos Felizardo Pardal; Ana Teresa Machado Ratinho; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Jorge Manuel de Oliveira Pinto; Virgolino Joaquim Calhau Canhoto; João António Ameixa Morgado; Nelson Joaquim Gomes Gato; Joana Lopes Morgado Véstia; Lino Duarte Moreira Amaro; Miguel António Ramos Mendanha; Leonel António Valentim Infante; Maria da Luz de Sousa Lopes M. Véstia; João André Pires Lopes; João Pedro Martins Leitão, conforme folha de presença que se anexa (**documento n.º 1**).

Verificou-se a ausência dos membros: José Joaquim Figueiredo Banza, que justificou a sua falta e cuja justificação se arquiva em pasta anexa (**documento n.º 2**) e foi substituído pelo membro Olga Marina Lobinho Alpalhão. Maria Margarida Alexandre Cordeiro, que justificou a sua falta e cuja justificação se arquiva em pasta anexa (**documento n.º 3**) e foi substituída pelo membro Luís Carlos Felizardo Pardal. Sara Cristina Alpalhão Anselmo, que justificou a sua falta e cuja justificação se arquiva em pasta anexa (**documento n.º 4**), e que foi substituída pelo membro João António Ameixa Morgado. Paulo Jorge panasco Aires, que justificou a sua falta e cuja justificação se arquiva em pasta anexa (**documento n.º 5**), e que foi substituído pelo membro Ana Teresa Machado Ratinho.

A Presidente da Assembleia iniciou a sessão, cumprimentou todos os presentes e enalteceu o facto de ser a primeira vez que a Assembleia se instala neste novo espaço com todas as condições necessárias, agradecendo o espaço que há muito fora prometido pelo Sr. Presidente.

Disse tratar-se de um local com melhores condições, contudo, verifica-se a falta de acessibilidade para as pessoas com fraca mobilidade/mobilidade reduzida, uma vez que é uma infraestrutura reabilitada e que deveria ter contemplado essa questão para poder receber todos os cidadãos. “Este espaço dignifica bastante para este órgão fiscalizador/deliberativo da autarquia”.

Seguidamente, abordou a questão do funcionamento administrativo da Assembleia, dizendo que até ao momento, nunca tiveram, através de despacho, um funcionário adstrito exclusivamente à Assembleia “como sabem também, este é um órgão que não tem membros efetivos, nós temos as nossas profissões a nossa vida pessoal e depois somos coadjuvados e auxiliados administrativamente pelos funcionários do Município (...) nós tínhamos duas funcionárias, uma delas há 16 anos que fazia Assembleias Municipais que por motivos de saúde está ausente já há



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

algum tempo, a outra funcionária que já tinha alguma experiência e andava a aprender, pediu mobilidade para outro órgão, neste caso, para uma Junta de Freguesia (...) deparamo-nos aqui, com uma situação que nos preocupou bastante, isto porque como todos sabem, e muitos de vocês já tiveram também deste lado noutra mandato, estas colaboradoras, antes de serem funcionárias são nossas colaboradoras, são pessoas de confiança que nos auxiliavam em tudo o que são procedimentos e nós confiávamos cegamente, e de um momento para o outro ficamos sem este suporte. A coordenadora do gabinete desta área administrativa, a Alexandra Cordeiro prontamente se disponibilizou e pôs toda a sua capacidade de trabalho à nossa disposição, mas a situação preocupou-nos porque para além destas funções ela tem outras, as coisas foram passando e nós solicitamos uma reunião ao Sr. Presidente da Câmara para tentar de alguma forma resolver esta situação. Colocámos uma proposta, para além de proposta foi mesmo uma imposição desta Mesa, que o Sr. Presidente aceitou de imediato e que, isto a 2 de fevereiro do presente, e que o Sr. Presidente disse que resolveria logo na segunda feira a seguir, não aconteceu. O Sr. Presidente não resolveu a situação, felizmente e quero aqui publicamente e perante todos vós, agradecer à Alexandra Cordeiro e à Ana Cristina que chegou também e foi logo de imediato colocada nesta missão. As duas têm sido extraordinárias (...) e as coisas funcionaram com boa vontade, com a colaboração de todos, funcionou, e este órgão está hoje aqui reunido (...) mas quero que seja do conhecimento de todos, que provavelmente o que vai acontecer é esta Mesa em funções, solicite ao Sr. Presidente da Câmara oficialmente e por despacho, que nos disponibilize uma funcionária para que esta situação não volte a acontecer, porque como todos sabem este órgão não funciona só, e o trabalho administrativo não são só as atas, são uma série de burocracias e de procedimentos muitos deles até administrativos e de conhecimento de legislação muito específica, e que todos os dias pode modificar-se.”

Terminou esta sua intervenção, dizendo que não podem de um dia para o outro voltar a ficar nesta situação, porque o problema não tem a ver com o facto das coisas não funcionarem, mas sim no cumprimento dos prazos.

O membro Jorge Pinto pediu a palavra, cumprimentou os presentes e deu as boas vindas às novas funcionárias.

Referindo-se ao citado no artigo 31º da Lei 75/2013, “a Assembleia Municipal dispõe de um núcleo de apoio próprio, sob orientação do respetivo Presidente, isto é, este núcleo de funcionários



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

está em primeiro lugar hierarquicamente subordinado à orientação da Presidente da Assembleia Municipal e não do Presidente da Câmara. É composto por funcionários do Município, (...) nos termos definidos pela Mesa da Assembleia que determina qual é a composição do núcleo que necessita, e à Câmara Municipal apenas resta afeta-los ao órgão deliberativo (...)" No orçamento do Município são inscritas sobre proposta da mesa da Assembleia Municipal de despesas discriminadas em rubricas próprias para o pagamento das senhas de presença, ajudas de custo, por aqui fora, bem como para a aquisição de bens e serviços correntes necessários para o seu funcionamento e representação, isto é, a classificação 01 pessoal está excluída deste organograma por lei e portanto cabe à mesa decidir se necessita de um funcionário ou dez funcionários (...) mas a Sra. Presidente, deixou claro que a Mesa exige, que haja um ato formal de despacho do Presidente a referir que a Mesa concorda que as duas funcionárias que ali estão, são as funcionárias afetas prioritariamente à Assembleia Municipal e o seu trabalho na Câmara Municipal se esgota na Assembleia Municipal sobre orientação da Sra. Presidente não estarão afetas a outras funções. Se esse tempo apreciado pela Mesa da Assembleia diz que não é necessário, e não tem sido necessário, estar a tempo inteiro para a Assembleia com certeza que são duas funcionárias responsáveis (...) que serão elas próprias que saberão fazer a gestão desse tempo e disponibilizar o seu saber, o seu empenho, o seu profissionalismo ao serviço do Município"

Relembrou, e tal como fora expresso pela Sra. Presidente da Assembleia, nessa reunião, o que colocaram ao Presidente da Câmara, "foi a exigência, e não a negociação, (...) que a funcionária que antes prestava apoio, sempre que as funcionárias agora em funções considerassem pedir ajuda de colaboração à sua colega o fizessem, foi isto que ficou determinado, (...) sempre que precisarem estão autorizadas pela mesa da Assembleia, a contactar os restantes serviços (...) foi acordado que essa funcionária prestaria apoio numa condição (...) de lhe ser deferido o pedido de mobilidade interna que fez (...) nessa reunião foi proposto pela mesa e o Sr. Presidente concordou, alterar esse despacho de indeferimento para deferimento e mais, comprometeu-se a ir à casa da funcionária comunicar-lhe aquilo que tinha sido feito com a Assembleia (...) quero dizer que como membro desta mesa passará a haver reuniões gravadas das reuniões com o Sr. Presidente."

Referiu-se também ao descontentamento, por parte de muitos dos trabalhadores da Câmara Municipal, pela ilegalidade que tem sido cometida pelo Sr. Presidente ao não responder às reclamações das notações, no prazo máximo de 8 dias.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

O membro **Agnelo Baltazar** usou da palavra, cumprimentou todos os presentes e felicitou a Câmara pelo novo espaço, com melhores condições. Disse não ter estado presente na reunião de dia 2 com os restantes membros da mesa e com o Senhor Presidente.

Referiu a importância das pessoas que secretariam as sessões, por todas as tramitações processuais a que estão obrigadas e pela elaboração das atas, "(...) à Ana que conheço de outras andanças, sei perfeitamente da sua competência, do seu empenho e do seu esforço e por tanto dar-lhe as boas vindas e tenho a certeza que vai desempenhar as funções de secretariado com competência. Agradecer também à Alexandra, que nas suas funções superiores complementa aqui, e de fato estamos em condições de levar por diante mais uma sessão da Assembleia Municipal. Esperamos Sr. Presidente que assuma os compromissos assumidos que no fundo a nossa Presidente já referiu, e o nosso 2º secretário em reunião, portanto, compromissos assumidos são para cumprir."

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse "(...) ninguém é insubstituível, (...), felizmente aqui o que está em causa não é a pessoa em causa, é uma pessoa que eu estimo muito, tenho muita consideração, houve atitudes que posso poder compreender (...) esta Assembleia irá funcionar sempre da melhor maneira possível com todas as pessoas que aqui estão presentes, não irá faltar nenhum apoio administrativo em coisa nenhuma, não é a Xana, não é a Ana, não é a Isabel, são as pessoas que aqui estão, irão sempre fazer o melhor trabalho possível (...). Eu acredito muito em pessoas que conheço todos os dias, (...) não irão falhar em coisa nenhuma."

PONTO UM: Período Antes da Ordem do Dia

A **Presidente da Assembleia** começou por abordar duas questões, às quais todos tiveram conhecimento, através da correspondência que chega à Assembleia e que é encaminhada a todos os membros.

- Carta de um grupo de signatários, a solicitarem, que de alguma forma se possa prestar uma homenagem ao Sr. Enfermeiro Zé Luis, (...) "o que tenho a dizer a este grupo de signatários, não o fiz por escrito, porque não tenho uma morada para onde responder, mas faço-o publicamente, (...) pode-se provavelmente, ou através de toponímia ou de outra homenagem, pensarmos em conjunto, fazer esta homenagem de vida a este enfermeiro que



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

tanto serviu aqui em Borba e conhecido por todos nós. Acho que não deve haver um Borbense que não tenha ido ser tratado pelo Sr. Enfermeiro Zé Luís.” Informou ainda, que deu conhecimento da referida carta ao Executivo Camarário.

- Relatório anual de atividades de 2023 da CPCJ.

O **Presidente da Câmara** pediu a palavra, para dizer que concorda claramente que a homenagem ao Sr. Enfermeiro Zé Luis, possa ser feita através de um nome de rua, de um beco, uma travessa, (...) “assim que tivermos um sítio correto, justo e digno para o Zé Luís será destapada uma placa Zé Luís enfermeiro, que toda agente conhece.”

O **membro Jorge Pinto** também pediu a palavra para sugerir dar o nome do Enfermeiro Zé Luis ao Centro de Saúde de Borba.

A **Presidente da Assembleia** disse que iriam pensar em conjunto e apresentar uma proposta, “mas esta, parece-me uma proposta honrosa”

O **membro Nelson Gato** usou da palavra, cumprimentou todos os presentes, e começou por colocar as seguintes questões:

- Ponto de Situação das reclamações do SIADAP;
- Ponto de situação da assinatura à Adenda do Contrato com a GNR;
- Falta de apoio aos Bombeiros, “apesar de se apoiar as duas equipas de intervenção, lamentamos a não aceitação da proposta da aquisição daquela viatura tão importante para o transporte dos utentes do Centro Luís da Silva e lamentamos que apenas os apoios estejam vocacionados para as equipas de intervenção. Quando olhamos aqui pelos concelhos muito próximos e vimos que além dos protocolos que dão verbas muito significativas anuais, ainda há verbas mensais transferidas para os bombeiros também de apoio, o que não acontece em Borba”

Pretendia também, ter acesso ao vínculo/contrato que foi feito com a jurista da Câmara, Dra. Ana Menezes.

Finalizou a sua intervenção, dizendo que tem um pedido de uma coletividade do Concelho, que já existe desde 1996 e que tem uma estrutura autónoma, com estatutos devidamente legalizados e com atividade nas finanças desde 2005, que já fez alguns pedidos ao anterior executivo, na altura



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

ao Presidente Ângelo Sá e também ao Presidente António Anselmo, “que gostava de ter uma sede própria, estamos a falar dos Veteranos do Sporting Clube Borbense, à imagem daquilo que outras associações têm, não estão contra aquilo que outros tenham, não percebem é porque é que ainda não têm. As outras coletividades com muitas menos representatividade no concelho que têm (...) pediram-nos para fazer aqui um bocadinho de pressão, porque é que isso acontece, se há alguma razão, (...) que possa levar a que não seja atribuída essa sede, aos Veteranos do Sporting Clube Borbense. Existindo como todos sabemos, alguns espaços que até podiam ser disponibilizados para isso. Por exemplo: Cantina da antiga escola primária; instalações da CP; antiga escola da Nora. (...) A preocupação deles é porque é que o executivo não se lembra deles.”

Saudou também as funcionárias que estão a secretariar a sessão, porém, existe um aspeto que o preocupa, “fiquei preocupado de ver a Ana aqui, não pela competência, mas é menos uma pessoa na escola. Isso preocupo-me, se me explicarem que saiu a Ana e entraram 4, eu até posso acreditar nisso, mas fiquei preocupado, mas gosto muito de ver a Ana aqui, porque ela merece estar aqui, tal como a Xana e como qualquer um de nós.”

O Presidente da Câmara pediu a palavra para responder a algumas das questões colocadas:

- SIADAP – em sua opinião, o pior que pode haver, é “classificar pessoas como são classificadas, haver rácios, percentagens que as pessoas podem ser boas ou podem ser más, a pessoa entra para o trabalho como servente e sai como mestre superior, e ano após ano vai subindo, aqui não, aqui é ao contrário, é uma palhaçada completa culpa dos Governos, culpa dos Sindicatos. É a minha opinião pessoal.”
- G.N.R - Disse que a adenda está feita e será lançado um concurso público.
- Bombeiros - “(...) havia viaturas dos bombeiros avariadas completamente, quem as mandou arranjar? A Câmara. Duas equipas de intervenção permanente, 10 pessoas a trabalhar por Borba, nós pagamos grande parte das pessoas. Fizemos um acordo em relação às Jornadas Mundiais da Juventude (...) temos para este ano 27.500 € e 27.500 € para 2025 (...) já oferecemos uma ambulância nova aos bombeiros, os bombeiros precisaram da ajuda da Câmara de Borba e sempre a tiveram”



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

- Jurista da Câmara - A Dra. Ana Menezes, concorreu a um concurso, “é uma pessoa que neste momento tem um vínculo limitado em relação à Câmara, (...) não é Chefe de Divisão (...) é uma funcionária normal como jurista”
- Grupo de Veteranos – Disse ter falado com o Presidente dos Veteranos, eles queriam a sua sede na Escola da Nora, “eu entendo que não, porquê? Porque para a escola da Nora havia uma proposta mais ou menos bem feita, de alguém da área social, nomeadamente da CERCI, (...) não avançámos. Se calhar, em relação à escola da Nora se não avançámos com essa situação, sabe o que é que faço? Avalio e meto em hasta pública e quem quiser comprar que compre. (...). Em relação aos Veteranos, o que temos a propor e que já propus, é aquela casa que está ao lado do Centro de Saúde que pertence à CP (...)”

O membro Jorge Pinto pediu a palavra para fazer a seguinte declaração política:

“Como eleito da Assembleia Municipal de Borba, único eleito da CDU, irei fazer uma declaração política na qual abordarei problemas da atualidade. Recentemente houve uma reunião estranha que se realizou no Salão Nobre da Câmara Municipal em que participou parte do executivo, representantes das forças presentes da Assembleia Municipal, Presidentes da Junta de Freguesia e um conjunto de cidadãos que representam a sociedade civil de Borba, estando empenhados em retirar às suas vidas profissionais e familiares o tempo para contribuírem para o encontro de soluções na comissão que fazem parte. Estava reunida a Comissão de Trânsito, desde logo um erro, é que não deve haver uma Comissão de Trânsito, mas sim uma Comissão de Mobilidade e Segurança.

Em criança, eu e todos nós, aqueles mais idosos, jogávamos à bola na rua, onde corríamos, pois, os carros eram poucos e por si só, a rua era um lugar seguro para brincar. Há 40 anos quando comecei a residir em Borba comprei um carro, havia poucos carros em Borba, de tal forma, que na casa onde então morava, de paredes meias com as oficinas da Câmara, o Sr. Presidente de então, António Ferreira, dizia aos moradores para deixarem os seus carros sobre os telheiros das oficinas, éramos apenas dois, os que tínhamos carro. Em frente, estava o Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia, onde a maioria das crianças chegava maioritariamente a pé, pela mão dos pais ou dos avós. Hoje felizmente, são muitos os trabalhadores da Câmara Municipal de Borba, que ao chegarem diariamente ao trabalho ocupam todo o espaço público com os seus carros estacionados



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

de forma ordenada, e em Borba, são muitos os locais onde este cenário se repete: escola, bombeiros, supermercados, etc.

Hoje, todos os dias os pais das crianças de Borba afligem-se duas vezes, quando chegam à escola para deixar o seu filho ou quando o vão buscar, estacionam numa das três filas, com o trânsito por vezes interrompido e põem o pescoço de fora, para saber se o seu filho, a sua criança, saiu em segurança do carro até chegar ao portão da escola ou conseguirá chegar à porta do carro quando sair do portão da escola. Estes são, pois, problemas, não de trânsito, mas de mobilidade, de segurança impondo-se à Autarquia agir para que em mobilidade os veículos e as pessoas o façam em segurança.

Chamados à reunião da Comissão de Trânsito, os seus membros iam na esperança de lhe ser apresentadas hipóteses em estudo, projetos, propostas de solução, mas não, a intervenção do Presidente foi a de como qualquer outro cidadão, reconhecendo o caos manifestado, manifestando o desagrado, claramente com pouco esperança, que existissem soluções. É este o caminho que tem conduzido muitos portugueses há desilusão, ao protesto, e ao sentido da ilusão, porque em diversos níveis da governação em Portugal são muitos, os «Toys», que nos prometem tudo e não resolvem nada, ou que resolvem permitindo aos bancos que tenham hoje por exemplo 12 mil milhões de Euros de lucro por dia, então, basta uma figura populista apareça e eis os democratas de esquerda e também os democratas de direita, o perigo está aí!

Voltemos à reunião da Comissão de Trânsito.

Não havia lição estudada, mas sim um choradinho, lamentações, propostas zero.

O representante da CDU, procurou dar o seu contributo com propostas, sim é assim que a CDU se comporta em todos os cenários onde intervém, com propostas. Porque o PCP é um partido de ação e com projeto para cada Município em todo o país. Nessa reunião, recorri à minha experiência enquanto fui responsável pelo pelouro da mobilidade no Município de Évora, cidade onde a mobilidade apresenta problemas muito mais complexos, do que os existentes em Borba. Nas várias intervenções onde apresentei possibilidades para estudo, referi que não sou especialista, mas enquanto Vereador recorri aos dois maiores especialistas na área, o engenheiro Viegas e o engenheiro Nunes da Silva, que por acaso entre muitas outras atividades no anterior mandato autárquico era só o Vereador de uma pequenina cidade, onde a mobilidade não tem problemas, Município de Lisboa. Com eles visitei cidades na Europa, participei em Simpósios Internacionais,



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

não para passear, mas para observarmos as experiências dos outros. Sim, eram e são grandes especialistas portugueses, mas estão longe de pensar que são os únicos que fazem bem. Disponibilizei-me para dar os contatos, como resposta, falou um técnico da Câmara Municipal de Borba que fez uma única intervenção, «nós cá, não necessitamos de especialistas, porque quem conhece Borba somos nós», só lhe faltou dizer «Borba faz bem». Esta intervenção, em primeiro lugar desautorizou o Presidente da Câmara, pois é ele e o executivo, que têm competência para deliberar como devem organizar as competências Municipais, em segundo lugar, ofendeu a Comissão, pois esta é composta por um grupo de cidadãos independentes e externos à Câmara Municipal, que reúne para contribuir com as suas opiniões, sobre os problemas a que são chamados. Queira saber Sr. Presidente, que se fosse eu que estivesse no seu lugar, de imediato tinha mandado calar o referido técnico, pedir desculpa à Comissão Municipal de Trânsito, e pôr esse funcionário imediatamente fora da sala da reunião. Ouvida a reclamação de descontentamento de um taxista presente na reunião, de imediato voltei a intervir, solução simples: basta retirar a esplanada que ocupa indevidamente 3 lugares de estacionamento na Avenida 25 de Abril, proposta que de imediato foi reforçada pelo comandante da G.N.R: «3 lugares não! 6, basta para isso que a Câmara Municipal de Borba cumpra a construção da obra de adaptação da antiga Escola Primária a Quartel G.N.R» (...) referi que o nervo central do trânsito em Borba, é a Rua Ramos de Abreu. Continuando, há obras que são necessárias e que estão a decorrer, mas estas estão a decorrer atrasadas, sem planeamento, sem informação, em resumo: vão-se arrastando. Obra na Rua Nunes da Silva começou, e hoje, encontra-se quase exatamente no mesmo ponto de execução do que a verificada na sessão da Assembleia Municipal do passado mês de dezembro, nova fase da obra agora na Rua Visconde Gião, não só é necessário cortar o trânsito nestas duas ruas, mas igualmente na Rua das Covas necessária para o apoio à obra e pontualmente a necessitar de cortes na Rua 13 de Janeiro. Mais uma vez, a CDU, em ação, agindo sobre o seu lema: trabalho honestidade e competência. Telefonei ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse-lhe «estou a ligar, não para te dar porrada, mas para evitar que leves porrada» Estas obras incomodam, devem ser planeadas, minimizando os incómodos, informando os cidadãos, prometendo-lhes ser breves e cumprir. Apresentei-lhe propostas alternativas, o Presidente agradeceu e agiu. Não estranhei, apesar de tudo o que nos divide, sempre reconheci no António Anselmo uma pessoa inteligente. Volvidos dias cruzei-me com o Vereador Joaquim Espanhol, num momento difícil, mas parámos dois minutos, falámos e mais uma vez lá estava a CDU com propostas: o eixo central para a solução de mobilidade é possivelmente em Borba, passar por inverter o sentido de trânsito da rua Dr. Ramos



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

de Abreu, proposta ousada, proposta que vai contra o hábito do sempre foi assim, mas se a realidade é diferente da que a descrevi que existia há 40 anos, as soluções não podem ficar paradas no tempo, e de forma franca e leal disse-lhes: em política há oportunidades únicas, irrepetíveis, as obras que agora decorrem e que a seguir seguirão para a Rua 13 de Janeiro, constitui uma oportunidade única para o executivo Municipal, hoje do MUB, testar esta solução. O Joaquim Espanhol com cara de espanto comentou, «a Dr. Ramos de Abreu a descer?» Cumprimentámo-nos e cada um seguiu o seu caminho.”

Terminou esta sua declaração, dizendo que, como militante do PCP, segue e seguirá sempre, com honestidade a apresentação de propostas.

“A CDU, mesmo representada por um só elemento, apresenta-se como uma força política com proposta, com projeto, uma força política que está sempre presente para estar contra tudo aquilo que não defende os interesses das populações, mas que está sempre ao lado das propostas e dos projetos que resolvam os problemas a nível local, a nível Nacional, venham elas de onde vierem.”

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Vereador Espanhol**, que confirmou a conversa com o membro Jorge Pinto, acrescentando, que lhe tinha dito que iriam abordar o assunto mais à frente, na reunião da Comissão de Trânsito ou de Mobilidade e Segurança que será na próxima terça-feira. “Portanto, estamos cá para falar e se for uma solução e que nós cheguemos a esse consenso, estamos cá para a implementar. Eu ainda não estou convencido.”

A membro Vanda Godinho pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes e começou por abordar os seguintes assuntos:

- SIADAP – “Relativamente ao SIADAP eu nem sequer ia intervir sobre isto, mas como diz o sr. Presidente que é a pior vergonha para ele, eu acho que se calhar, se calhar não, estou convencida, que se tivesse a coragem de cumprir a avaliação e responder quer se goste ou não, as coisas estariam noutra pé” e
- Saber o ponto de situação da família de etnia cigana que está alojada na antiga escola primária.

Sobre estas questões o **Presidente da Câmara** respondeu o seguinte:

SIADAP – “(...) isto não uma questão de coragem, é uma questão de coragem política de quem manda no governo e de quem representa os trabalhadores, é uma fantasia, quando andamos



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

uma vida inteira a discutir palhaçadas, rócios cá rócios lá, tudo tem 5 e depois temos que meter só 5 em duzentos, é muito triste. Isso é minha opinião pessoal.”

Família de Etnia Cigana - Disse que efetivamente está uma família de etnia cigana alojada na escola, mas que será por pouco tempo. A essa família, pertence a pessoa que levou o tiro. “Entendemos que todos os outros, quando falámos com eles, fossem para o sítio deles, a seguir o que é que se passa com aquela família? Tentámos arranjar casas para pessoa ir pagar, e ninguém aluga uma casa (...) estão à espera do julgamento. Quando houver esse julgamento as pessoas saem de lá e voltam para o sítio onde moram, têm uma casa própria, portanto o assunto está resolvido. (...).

O membro **Paulo Mendanha** usou da palavra, cumprimentou todos os presentes e enalteceu o novo espaço de funcionamento das sessões da Assembleia. Dirigindo-se ao membro Jorge Pinto, disse que relativamente à Comissão de Trânsito, o nome da Comissão é Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária. Relembrou que a reunião foi para a instalação da Comissão, e depois foram enviados emails a pedir contributos, sendo que, a CDU não mandou nenhum contributo.

Em relação à intervenção do membro Nelson Gato, disse ter ficado curioso, pelo facto de pedir apenas um contrato de trabalho.

Usou da palavra a **Presidente da Assembleia**, dizendo que a Mesa pode responder à questão colocada pelo membro Paulo Mendanha “(...) todos têm conhecimento do documento recebido de forma anónima, e que só distribuí, porque fui eu que abri a correspondência, fui eu que li o documento do princípio ao fim e como tal dei conhecimento a todos os membros desta Assembleia. Se uma vez que não temos acesso público, e já o fizemos quando foi da sua nomeação, porque queríamos saber também nos moldes em que ela foi feita, e neste caso, queremos saber em que moldes é que foi feita, sabemos que foi por concurso, sabemos qual foi a classificação, queremos saber mais e temos todo o direito em fazê-lo.”

O membro **Nelson Gato** pediu a palavra para responder ao Presidente da Câmara, para dizer que o SIADAP tem uma legislação que tem que se cumprir e o que aqui está em causa é o não cumprimento da mesma, ou seja, “terem-lhe sido feitos requerimentos, ter 10 dias para responder e não ter respondido, terem prazos para apresentar determinadas notações e não ter



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

feito, e isso é que está em causa (...) o Senhor Presidente dizer que quem entra agora na Câmara ganha o mesmo, isso é uma coisa de contingência dos tempos, (...) a coisa mais fácil que existe neste país é aumentar o salário mínimo, porque é um decreto, quem paga são as empresas, mas o Governo é que decreta que aumenta o salário mínimo, é coisa mais fácil que existe neste país e ninguém está contra o aumento do salário mínimo, pelo contrário, agora toda a gente está a perceber que o aumento do salário mínimo está a queimar muitos escalões de algumas instituições que o próprio Governo tem responsabilidade, nomeadamente nas Autarquias. (...)”

Relativamente ao contrato de trabalho, o membro Nelson Gato, referiu que “tal como esse, se calhar vamos começar a pedir outros que também achamos que não estão de acordo (...) e o que nós queremos saber é se estão ou não, daí pedirmos as explicações.”

O Presidente Câmara pediu a palavra e disse “Na reunião que tive com o Dr. Jorge Pinto e a Dra. Maria João, o Jorge Pinto que sabe muito dessas coisas disse-me para mim, oito dias para responder (...) depois disse claramente, que alguém que tenha razão a sério, se queixe a quem de direito. Em relação aquilo que disse o Nelson Gato é verdade, aquilo que estou a fazer, poderá não ser correto, mas o grave da questão é que este país (...) aumenta tudo e quando aumentamos em vez de nivelarmos por cima nivelamos sempre por baixo, é muito mau, mas é a vida, cá estamos para tentarmos resolver, o melhor possível (...). A intervenção do Jorge Pinto foi fabulosa defendeu aquilo em que ele acredita, no partido em que ele acredita. O que disse o Nelson Gato é a verdade absoluta.”

Foi dada a palavra ao **membro Jorge Pinto**, para dizer que em relação ao contrato de trabalho que foi pedido, “todos os membros desta Assembleia conhecem a matéria, porque foi distribuída como todo o expediente é distribuído. Dois princípios: o primeiro em todos os momentos, o respeito por todos os direitos de qualquer trabalhador em Portugal e muito mais do Município, e em segundo lugar, a legislação exige regras a cada um de nós e, apenas digo isto, na situação em causa fui contato pela pessoa e disse-lhe tem todo o direito de, no local próprio e aquilo que entender apresentar a sua defesa, mais não digo.”

O membro João Morgado usou da palavra e disse “Efetivamente algumas questões já foram respondidas, inclusive partilho da opinião do Nelson Gato relativamente à situação do SIADAP, queria deixar aqui uma sugestão. Conheço alguma coisa da legislação pelo que li enquanto fui presidente de junta, mas gostava de lançar aqui um repto a quem sabe mais que eu,



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

e talvez na próxima Assembleia ou inclusivamente esta, se o Jorge Pinto se sentir preparado para responder a isso, porque seguramente que o Senhor Presidente não saberá de cabeça também. Que é o seguinte: quando o sr. Presidente diz que lhe dói a alma de se pagar as pessoas que trabalham nesta Câmara há 20 anos pagar o salário mínimo, eu aqui a algumas sessões atrás (...) dei um exemplo dos condutores dos autocarros e que efetivamente os salários são baixos, mas para que as pessoas percebam lá em casa há uma legislação que tem que ser cumprida, mas depois também há métodos de avaliação em que eles podem subir, e estes métodos de avaliação dependem única e exclusivamente de quem os avalia, e por aquilo que sei, a última decisão é sempre do Senhor Presidente da Câmara. Contudo não quero transmitir lá para casa, nem para quem nos ouve principalmente, mas para quem aqui está para que estejamos elucidados de que às vezes, não é fácil subir os salários, o que eu quero é que se ilustre aqui com uma narrativa própria e sabedora do conhecimento da lei, para que todos soubéssemos a dificuldade que muitas vezes existe em subir salários, e que para depois a conversa de rua não seja para queimar o Senhor Presidente da Câmara, nem seja para queimar o funcionário (...)"

A Presidente da Assembleia usou da palavra e clarificou que o que estava em causa, não eram as avaliações, mas sim os prazos e o cumprimento das obrigações, os quais tanto o trabalhador como a autarquia têm que cumprir.

Disse ter tido conhecimento de um caso em concreto, em que o Senhor Presidente demorou 6 meses a responder a um funcionário, e o que aqui está em causa é o desrespeito e a falta de consideração por parte do Senhor Presidente perante os funcionários. "Tendo um gabinete de recursos humanos, tendo um gabinete jurídico nesta Autarquia, que nem sequer o coadjuva, o informa ou o pressiona, para responder dentro dos prazos". É esta a questão que está em causa, a questão da avaliação é uma questão interna.

O membro João Morgado usou da palavra para perguntar ao Senhor Presidente, qual o ponto de situação do PDM.

O Presidente da Câmara pediu a palavra para responder que relativamente ao PDM, era sua intenção tê-lo terminado em março. Porém, depois da última reunião que tiveram sobre o PDM, não será possível tê-lo terminado em março. "(...) assim que tivermos o projeto completo do PDM haverá uma reunião extraordinária, quando nós entendermos, as primeiras pessoas a saber, serão vocês que são os representantes do povo (...) O PDM tem que ser equilibrado de acordo com a lei



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

e que permita desenvolver o concelho, assim que tiver uma data certa, a primeira pessoa a saber é quem estiver em exercício como Presidente da Assembleia.”

O membro Lino Amaro usou da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse “Eu quero aqui só pedir uma informação ao Senhor Presidente. Nós estamos na Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária, já reunimos uma vez, falámos em vários temas, que vão ser discutidos agora (...) dia 27 vamos ter uma reunião (...) que objetivos tem a Câmara Municipal de Borba para revolverem várias situações envolventes ao trânsito que tanto prejudica os nossos municípios em Borba? (...) Falámos, discutimos em Comissão, vamos resolver o problema, penso eu que vamos resolver em Comissão na próxima vez, o que é que está feito para tentarmos minimizar a vida dos utentes e dos municípios de Borba em relação à nossa vila? Estacionamentos (...) soluções para os táxis (...) caos no estacionamento junto à Igreja de São Bartolomeu (...) o que é que há em projeções da Câmara para resolver esse problema?”

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que respondeu “No dia 27 iremos falar sobre a questão do estacionamento (...) aqui ao lado deste edifício, há um terreno que é o Quintal dos Caiados que nós temos em orçamento e que temos previsto comprar. Aí, permite uma série de locais de estacionamento bons. (...) vamos ver que até que ponto conseguimos resolver (...) ouvindo aquilo que o Jorge Pinto disse aí há tempo, e no dia 27 vamos confirmar a sério, se calhar terá que ser com parquímetro. (...)”

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

A **Senhora Presidente da Assembleia**, iniciou o Ponto 2 da Ordem do Dia, dando a palavra à **senhora Marina Consolado**, que cumprimentou os presentes e disse “Estou aqui, como encarregada de educação e de membro da associação de pais, e é nesse papel que venho aqui fazer uma representação. Venho falar com o Senhor Presidente e com os Senhores Vereadores por duas questões que nos preocupam sempre em todas as reuniões da Associação da País. Uma delas a insegurança na escola e outra a instabilidade do pessoal não docente.

Neste momento sabemos que falta pessoal na escola, à parte de faltar pessoal na escola sabemos que as pessoas estão a reformar-se e não há substituição atempada, substituição com um perfil adequado ao trabalho na escola, as pessoas estão constantemente a mudar, manifestam-se que estão insatisfeitas e trocam de lugares, e neste momento, é isso que é a nossa preocupação.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

Gostávamos que nos dessem prazos para saber quando é que irão ser substituídas as pessoas que saíram, quando é que é feita uma escolha de perfil adequado, porque nem todas as pessoas servem para trabalhar nas escolas, a escola não tem que ser o fim da linha (...) A principal preocupação dos pais neste momento, é a insegurança. Nós queremos deixar os nossos filhos na escola e estarmos conscientes que eles estão em segurança, não há vigilância efetiva e não há vigilância suficiente.

As pessoas têm direito a ficar doentes, têm direito a ter férias, mas os nossos filhos estão lá de manhã até ao final do dia, há falta de pessoal no bar, nós sabemos que os horários de entrada estão comprometidos, porque é claro, que onde é para estarem 4 estão 2, é claro que as pessoas não conseguem, não conseguem servir os alunos, não consegue servir os professores, as crianças chegam atrasadas, os professores reclamam, a Direção tem que constantemente resolver este tipo de problemas e nós queríamos uma solução efetiva. Gostávamos que nos desse prazos.”

O Presidente da Câmara usou da palavra, reconheceu a importância do que a Senhora Marina Consolado disse, e acrescentou que “a coisa que mais me incomoda aqui é a insegurança, e a insegurança vem de tudo, da falta de pessoas habilitadas e equilibradas (...) primeiro, precisam de alguém uma figura musculada que ande presentemente e diariamente no sítio e equilibre as coisas. O perfil dessa pessoa ainda não conseguimos encontrar, o perfil dessa pessoa tem que ser uma pessoa equilibrada, com força, mas ao mesmo tempo com muito respeito pelas pessoas que se portam mal (...) durante o mês de março e antes do 25 de abril, o assunto fica resolvido (...) se vocês olharem para rácios, o rácio que nós temos, tem seis pessoas a mais.”

Salientou, que querem respostas diárias, concretas e acima de tudo muito diretas “(...) conhecem-me muito bem e sabem que não fujo a coisa nenhuma, se eu perceber que vossos filhos não têm segurança, que vossos filhos são mal tratados na escola, para mim é uma doença (...) pior coisa que pode haver é tratarem mal velhos ou crianças e ao pé de mim ninguém trata mal nem velhos nem crianças.”

O membro Agnelo Baltazar pediu a palavra para dizer o rácio do pessoal não docente, assistentes técnicos e assistentes operacionais é regulado por uma portaria de 2021, “efetivamente, eu considero que esqueçam a Orada, esqueçam Rio de Moinhos porque em termos de pessoal assistente operacional está tranquilo, até porque o número de alunos é muito reduzido, e não têm outras problemáticas que nós temos. Portanto estamos a falar de etnia, estamos a falar de



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

elementos que nos estão a chegar, alunos cuja língua materna não é o português e que de facto precisam ali de um acompanhamento muito diferenciado, as características da sede do Agrupamento de Escolas são muito especiais também. Devo dizer que essa portaria anda a rondar as 30 pessoas, nós temos lá, devo dizer 44, destas 44, esta portaria ou melhor, a atualização de uma portaria antiga que era de 2017 (...) vem retirar o pessoal da cozinha que são 9, desses 44 tiram 9, depois retiram mais 5 que neste momento estão de baixa médica e estamos nos 30. Ou seja, estamos com o rácio que precisamos lá, esqueçam agora Rio de Moinhos e Orada como referi, e, portanto, a escola tem muitos lugares que são fixos e que as pessoas não estão ali para outra função, não estão sequer para vigilância, é importante que o rácio da portaria se ultrapasse razoavelmente para que tudo funcione. Portanto eu faço um reforço às palavras da Marina porque é importante que o rácio seja de facto ultrapassado e bem ultrapassado para que a coisa funcione com alguma tranquilidade.”

Foi dada a palavra ao Município que seguidamente se encontrava inscrito, o senhor **Luís Alexandre** que cumprimentou todos os presentes, e disse “A minha intervenção de hoje, vem no sentido da má utilização dos dinheiros por parte do atual executivo, vou falar de três investimentos, um dos quais está concluído, onde estamos presentemente e dois que ainda estão a decorrer.

- Celeiro da Cultura, valor de concurso 180.000 €, valor de conclusão 340.000 €, que podem ascender ainda mais. Foi dito nesta Assembleia, pelo membro do executivo que detém o pelouro da cultura que o valor do mobiliário em falta custaria 60.000 € e que o mesmo seria financiado pelo programa 2020. Qual não é o meu espanto, ao consultar os dados, vejo que a empresa Alouniverse, Lda foram adquiridos todos esses bens por 73.226 €. Logo à partida os 340.000 €, vão ser ultrapassados.

Obras por concluir:

- Centro Interpretativo da Batalha de Montes Claros, valor de concurso 250.000 €, valor participado pela Câmara de Borba e a Fundação Aljubarrota, sem a obra concluída ao valor inicial foram acrescentados 60.000 €, foi dito pelo membro do executivo que detém o pelouro das obras, que se a mesma não fosse concluída antes do final de novembro de 2023 o mais tardar 31 de dezembro de 2023, haveria encargos para o Município, quanto mais?



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

- Museu de Borba e Enoteca, valor de concurso 388.000 €, obra suspensa por 3 meses, prazo já decorrido e a mesma obra não arranca. Ao valor inicial a acrescentar mais 100.000 € a 150.000 € para a obra avançar, porquê?

Coloco as seguintes questões:

O porquê de todas as obras mencionadas terem derrapado. Houve falta de planeamento? Má elaboração dos projetos? Ou falta de conhecimento dos projetistas? Existiu alguma linha orientadora por parte do executivo Camarário para os projetistas? Será que o executivo Camarário conhecia o espaço onde se realizaram as obras e onde se estão a realizar? Existia a noção do que pretendia?

Falei de três obras com concurso aproximado de 900.000 € onde existe uma derrapagem na ordem dos 250.000 € a 300.000 € sem resultados finais, no meu ponto de vista, isto acontece quando não sabemos o que queremos, indo contra a máxima utilizado pelo Senhor Presidente, «eu sei o que quero para Borba» Imagine-se obras de valores mais elevados, quais seriam os valores que os Borbenses teriam que pagar no futuro? Com os valores demonstrados nas derrapagens, seria possível ter feito o seguinte: abertura das piscinas no período de inverno, colocação da fibra na Orada e Rio de Moinhos localidade, marcação das linhas para a prática de desporto no polidesportivo de Rio de Moinhos, em falta desde agosto de 2023, aumentar o número de alunos que poderiam ter acesso ao apoio escolar e universitário.”

O Presidente da Câmara, pediu a palavra e respondeu “(...) antigamente era a pandemia agora é uma guerra. (...) Se o senhor é ligado às economias e com esses números tão certos, sabe perfeitamente o que é que eu estou a dizer, e sabe que a maior parte das obras públicas (...) ninguém concorria, e depois concorreram fora de horas com preços muito mais altos. Felizmente o que está aqui em causa, é que quem paga isso não é o povo de Borba, aliás paga o povo de Portugal, isso têm a haver com PARUS, falamos em cerca de 1.500.000 €. Nós abandonámos um projeto muito interessante, que tinha que ver com um museu do brinquedo, (...) depois chegámos à conclusão que não valia a pena e depois apostámos que nestas duas que aqui estão, você não fala que o Adarve está feito, não fala que isto que aqui está feito, não fala que a Enoteca vai avançar (...). Os aumentos são facilmente explicados, primeiro era a pandemia e agora é a guerra, os aumentos em termos de obras públicas e no país foram impressionantes, (...)”



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

Em relação à fibra, nomeadamente na Orada e em Santiago, explicou que “nós tínhamos a fibra na Orada e em Santiago feita até ao final do ano que passou, entretanto recebemos uma comunicação da Ministra da Coesão Territorial, Dra. Ana Abrunhosa, a dizer que zonas brancas o governo paga, entretanto em outubro cai o governo e a partir daí estamos à espera (...) Promessa em relação à escola é até final de abril (...) em relação à fibra, Orada, Aldeia de Sande, Alcaraviça e Rio de Moinhos, final de 2024 (...)”

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao munícipe **senhor Joaquim Letras**, que cumprimentou todos os presentes e disse que a última vez que tinha intervindo na Assembleia perguntou ao Senhor Presidente o seguinte: “Se o dinheiro fosse seu o senhor gastaria num canil 333.578,26 €? O senhor respondeu-me que as pessoas que gostam de animais até acharam pouco. Agora vou-lhe fazer um desenho, porque na altura disse-lhe quanto é que custava por metro quadrado em Lisboa (...) Então é assim: contactei duas firmas aqui da zona, que por acaso não é nenhuma delas, construção de Santiago, então tenho um terreno com 300 m². No primeiro andar vou fazer 3 quartos com WC, no rés-do-chão um salão, cozinha ampla, despensa e WC, no quintal garagem para um carro com piscina e relva, resultado dos dois orçamentos, foi muito equilibrado, 240.000 €, visto que o terreno me pertencia, tal e qual o terreno pertencia à Autarquia. Como vê ainda consegui com o restante do dinheiro que sobrou comprar um carro no valor de 80.000 € e ainda me sobrou dinheiro para férias. Veja a obra que o senhor lá fez no canil e veja o que se podia fazer com este dinheiro em Borba. (...)”

A outra pergunta que fez ao Senhor Presidente nessa Assembleia, foi sobre o Palacete Alvarez, “não estarei a cometer aqui nenhuma inconfidência porque isto foi passado em reuniões do MUB e eu estava lá, quando o senhor andou negociar a situação do mesmo, o senhor disse que o mesmo era para não ficar na posse da Santa Casa, (...) fiquei surpreendido quando o senhor no discurso dos 500º anos da Santa Casa diz que o referido edifício é para a Santa Casa, não tenho nada contra a Santa Casa, (...) a pergunta que eu lhe quero fazer é a seguinte: o senhor é dono do edifício para poder prometer essa oferta à Santa Casa? Que legitimidade o senhor tem para o fazer, penso eu, que quando as coisas não são nossas a gente não as podemos oferecer (...)”

Há 10 anos que o senhor é Presidente de Câmara e eu gostaria de o estar aqui a elogiar, gostaria que o que se tivesse aqui a debater era como recuperar casas abandonadas e os incentivos para quem quisesse comprar ou recuperar, gostaria que estivéssemos aqui a discutir a zona industrial,



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

como atrair para Borba investimentos quer comerciais e agora há pouco tempo já deixámos fugir mais uma para o vizinho do lado, quer industriais como criar postos de trabalho para fixar jovens. Senhor Presidente, 10 anos em que a nossa terra está ao abandono, o senhor tornou o que foi um sonho, num pesadelo, os Borbenses têm pela frente uma árdua batalha para repor Borba no caminho certo, é hora de repensar, desistir nunca.”

O Presidente da Câmara pediu a palavra para responder, que o que disse na Santa Casa, foi que “quem estiver na Câmara de Borba e estiver na Santa Casa e tiverem um bom senso, este edifício é nosso e a Santa Casa juntamente com a Câmara, poderão fazer um lar a sério, complementar um lar a sério. Foi o que eu disse. Em relação ao canil não faço ideia nenhuma. Os preços aumentaram, está tudo bem. Em relação a Borba estar como está, ainda bem, e estou contente e estou feliz, você e o senhor que está ao seu lado, irão fazer de Borba em 2025, concorrendo, uma terra muito grande, e fico contente de vocês terem essa coragem de vir aqui (...).”

Seguidamente foi dada a palavra ao munícipe senhor **Nuno Simões** que cumprimentou todos os presentes e salientou que a melhoria das condições das instalações acrescentou público à sessão, pela melhoria ou pela curiosidade. De seguida explicou o assunto que o levou lá, e dirigiu-se diretamente ao executivo Municipal, são as condições em que as crianças tomam o seu lanche após a prática desportiva no Campo Desportivo Municipal, uma vez que tem acompanhado a sua filha mais nova na prática desportiva e tem se deparado com esta situação, tendo visto uma solução nos outros campos onde acompanha a filha e já terem acrescentado/melhorado as instalações onde as crianças fazem o seu lanche/comem após a jogo. Assim, em seu nome e em nome de outros pais de crianças, assim como adultos que fazem da prática desportiva um hobby ou uma profissão, e é ali que a exercitam, pediu ao Executivo Municipal que fizesse uma melhoria nas instalações. Pediu, que fizessem um avançado com telha de sanduiche, uma estrutura metálica com as laterais em lona que desse para subir e baixar. Levou uma petição com várias assinaturas (**documento nº 6**) recolhida entre as várias coletividades que frequentam aquele espaço.

A petição foi entregue à mesa e distribuída pelos membros.

O membro Jorge Pinto pediu a palavra, agradeceu aos 14 cidadãos que estavam presentes e agradeceu também aos 133 cidadãos que estavam a assistir à Assembleia Municipal via Facebook, “As pessoas de Borba estão interessadas em resolver os problemas de Borba e veem



Borba
município
Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

expor muito mais à Assembleia Municipal do que às reuniões públicas de Câmara, porque sentem aqui, a transparência como eles são tratados.”

As perguntas foram dirigidas à Câmara, a Câmara tem o direito de intervir, mas estando na sessão da Assembleia Municipal, os membros da Assembleia Municipal devem, naturalmente, reagir sobre as questões levantadas pelo público, se o entenderem.

Continuou a sua intervenção, dizendo “Vou começar pelo fim, porque vou ver naturalmente o documento que o cidadão Nuno Simões entregou. Duas intervenções que foram comuns sobre investimentos em Borba, vou me reservar, como membro desta Assembleia Municipal no ponto da atividade da Câmara e levantar um conjunto de questões não só sobre essas como outras, a última é a que mais me toca, que foi a intervenção feita por uma mãe das centenas de crianças que estão na escola. Eu apenas referi um dos problemas de segurança, a cidadã que aqui veio trouxe uma amplitude e uma angústia de problemas nas escolas, sejamos claros: a transferência de competências, a transferência de encargos para os Municípios foi muito abaixo daquilo que são as necessidades de hoje, os Municípios garantirem em plena segurança o funcionamento das escolas. O membro desta Assembleia e também Diretor da Escola falou daquilo que sabe e sabe bem, mas quero vos dizer e quero dizer com toda a frontalidade à Câmara, e sei particularidade da sensibilidade da Vereadora sobre isto, problemas destes tratam-se com especialistas (...) a escola não é apenas uma relação entre professores e alunos, também não é uma relação entre professores, alunos e família. Nas escolas existe um elemento estrutural fundamental que é o pessoal auxiliar, ele é um eixo fundamental para garantir a tranquilidade e a segurança de qualquer criança, que se for normal tem que ser irrequieta (...), portanto não pode ser como senhor Presidente Câmara disse que é o contrato de 4 horas, ou roda aqui ou roda ali (...), a escola tem que ter pessoal fixo e com formação continua de especialização de tratamento com crianças (...). Reforço o que esta cidadã aqui trouxe, que a Câmara inverta em 180º graus a sua política de afetação de recursos humanos à escola sabendo da restrição orçamental, mas recorrer sistematicamente a pessoal desempregado, fazer rotação, não dar formação, estar lá 4 horas é desincentivar o brio de qualquer trabalhador cujos salários são baixos, para mim enquanto eleito é das mais sensíveis matérias que temos em posse. (...)”

Foi dada a palavra ao **membro Nelson Gato** que disse que lamentavelmente, têm que vir os pais pedir coisas que já antes foram ou têm sido debatidas nas sessões das Assembleias, assim



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

como no Conselho Municipal de Educação. Salientou, que o assunto debatido deveria ser uma obrigação decorrente da atividade normal do Município e não deveria ser assunto que tivesse de ter que ser trazido para uma sessão de Assembleia.

A Presidente da Assembleia usou da palavra para reforçar o que já fora mencionado pelo membro Nelson Gato, nomeadamente o facto deste assunto já ser recorrente há alguns anos. As crianças têm que sentir proximidade e afeto com as pessoas com quem se relacionam diariamente, que cuidam delas e se tornam como uma referência, a Educação não pode ser tratada como outro serviço qualquer, “é esta segurança que os pais necessitam” e que continua a ser tratada com contratos precários, contratos de 4 horas (...) são assuntos demasiado sérios para serem tratados com esta leveza (...) é verdade que nos últimos tempos o Senhor Presidente tem descorado todos os assuntos deste Município e deste concelho, mas a Educação, tenha em atenção.”

Seguidamente, o **Senhor Presidente** pediu a palavra para responder ao munícipe Nuno Simões, perguntando, “porque é que não vieram falar com a gente diretamente em relação a isto? Em vez de vir aqui para a Assembleia Municipal, falavam e resolvia-se. (...) Em relação à Escola, (...), fizemos trinta por uma linha para tentar compensar as coisas, à parte dos rácios ou não, neste momento ninguém tem culpa de estarem 6 ou 7 de pessoas doentes, ninguém têm culpa (...) o problema é que não é qualquer pessoa que serve para tratar dos vossos filhos e a gente mete lá quem? Quem gosta ou quem resolve? Quem é o apoio, quem é a âncora ou quem está lá só para servir? não é fácil isto! (...) não são as 4 horas, nem as 8 horas, nem as 7 horas, o problema é as pessoas terem capacidade para resolver ou não resolver (...) encher a escola de pessoas é uma asneira, meter as pessoas necessárias na escola é fundamental e por isso quem gere a escola é quem lá manda, enquanto eles mandarem lá na escola eu não meto o bedelho na escola e quando eles me pedem alguém resolvemos, podemos falhar, mas resolvemos. (...) Quem manda na escola é a direção da escola. (...)”

O senhor Nuno Simões pediu a palavra para dizer ao senhor Presidente, que não vê qual é o problema em expor este assunto na Assembleia. Já tinha exposto esta situação ao senhor Vereador e possivelmente era do conhecimento da senhora Vereadora, e só foi ali sugerir a melhoria das instalações. Lembra que enquanto foi representante da Associação de Pais tinha também feito um pedido semelhante em 2014 e essas melhorias só foram feitas em 2019.

Pediu que fosse dada a devida atenção ao seu pedido.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

O vereador **Joaquim Espanhol** pediu a palavra para dizer que relativamente ao assunto levantado pelo munícipe Joaquim Letras sobre o canil Municipal, a obra do canil foi uma obra financiada. O concurso foi lançado aproximadamente por 257.000 € e que não teve respostas. Melhorou-se o projeto e voltou a ser lançado o concurso com um valor aproximado de 400.000 € para que não se corresse o risco de ficar novamente sem resposta. “Sendo um concurso público as empresas só não responderam porque não quiseram”, referindo se ao facto de o senhor ter dito que tinha pedido orçamento a empresas da zona. “As empresas desde que tenham condições para responder a um concurso público, podem responder” quando o executivo abre um concurso público, não anda a escolher empreiteiros, escolhe o que ganhar o concurso, mas para isso têm que concorrer, o critério utilizado para este concurso era quem apresentasse o menor preço. Os concursos ficam cada vez mais desertos, por não haver empresas qualificadas para fazer os trabalhos.

Respondeu também ao senhor Luís Alexandre, dizendo que as obras que o senhor tinha enumerado eram obras de reabilitação e por melhores que sejam os projetistas aparecem sempre surpresas.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **membro Lino Amaro** que referindo-se à petição apresentada, dirigiu-se ao Senhor Presidente e disse “outubro de 2023, eu falei consigo em Assembleia Municipal, paragem para os meninos da rodoviária para irem para a escola de Vila Viçosa (...) Outubro de 2023, trouxe fotografias os meninos estavam à chuva, (...) você está a criticar um ponto que o Nuno trouxe aqui numa Assembleia onde estamos os órgãos supremos do Município de Borba a definir uma causa justa (...) por isso lhe digo outra vez, foi preciso sair nas redes sociais para arranjar um espaço dentro das instalações do Município para estarem protegidos da chuva para irem para a escola de manhã, ou isto não funciona, ou as redes sociais têm mais força que a Assembleia.”

O **membro Vanda Godinho** pediu a palavra para dizer, que as pessoas têm que se dirigir a uma sessão de Assembleia porque falarem diretamente com o Presidente “está sempre tudo tranquilo, mas passa sempre para a semana que vem”. Relativamente à escola, disse que a assunção e transferência de competências e a correspondente transferência de valores, deveria ter sido, o ponto de partida para que a insegurança sentida não existisse. Disse que lhe causava confusão, como é que se assumem competências e não se resolvem os problemas. A insegurança,



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

na sua maior parte, resolvia-se passando pelos funcionários da escola não terem vínculos temporários/precários.

Foi dada a palavra ao **membro Paulo Mendanha**, que fez um complemento à petição apresentada, dizendo que seria importante que se pensasse também em fazer melhorias nas casas de banho, (uma vez que o avançado vai até às casas de banho) e a parte que está virada para o polidesportivo da Matriz.

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente á aprovação da Ata n.º 8 da sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2023.

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, colocou a ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, de entre os membros que estiveram presentes na sessão de 15 de dezembro de 2023.

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Maria João Lopes; Lino Duarte Moreira Amaro; Vanda Cristina Branco Godinho; Olga Marina Lobinho Alpalhão; Luís Carlos Felizardo Pardal; João António Ameixa Morgado; Ana Teresa Machado Ratinho.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apreciação das atividades da Câmara e da sua situação financeira.

O **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que as suas atividades constam no relatório enviado "(...) em relação à situação financeira, equilibrada, mas sempre com muita dificuldade"

Foi dada a palavra ao **Vereador Joaquim Espanhol** que para além das atividades descritas no relatório, acrescentou o seguinte:



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

- Rua Nunes da Silva e um troço da Visconde Gião, embora com alguns contratempos está a caminhar dentro do expectável "(...) de jusante para montante, houve uma zona que se teve que fazer ao contrário por causa da viatura de carga de transportes de materiais sair pela Rua Silveira Menezes a cima, mas aquela parte está concluída. Para a semana apesar de haver ali dois espaços comerciais, vamos iniciar a execução das calçadas dos cubos de granito, e a Rua Nunes da Silva estamos a colocar, já está alimentado pelo abastecimento de água há algum tempo a esta parte, a conduta está à superfície, vai se enterrar a conduta de água de um lado e do outro da rua. Depois serão as águas pluviais e os esgotos, as águas domésticas e águas residuais, de baixo para cima, como mandam as regras."
- Como havia uma lacuna a nível do parque infantil do Centro Escolar, foram substituídos os aparelhos, piso novo, "uma obra que foi feita em pouco tempo, e bem feita. (...) que seja utilizada pelos miúdos e que não seja vandalizada. (...)"
- Conclusão do betuminoso e águas na urbanização em Rio de Moinhos por detrás da Caixa Agrícola. Faltam as calçadas porque têm tido dificuldade em arranjar quem faça esse serviço, "(...) parece impossível numa terra com tanta pedra não haver ninguém para partir pedra para calçada ou só há uma empresa que tem agora o controlo desse serviço, mas também já temos o negócio feito, para a semana a pedra há de chegar à obra, para depois metermos lá os calceteiros e ficar tudo arranjado a nível de betuminoso e a nível de calçadas."

Por administração direta:

- Informou que já têm os compostores, "(...) a nível da Gesamb já temos tudo distribuído, fomos fazer a recolha a Évora e distribuir pelos domicílios, portanto 157 compostores. Temos mais alguns pedidos, estamos a ver se na Gesamb há mais alguns compostores que outros Municípios não consigam entregar, nós estamos recetivos a buscar mais alguns porque temos mais pedidos de pessoas para entrega e para começarem a fazer compostagem."
- Colocação de 5 aparelhos geriátricos novos no Jardim Municipal

Também a **Vereadora Sofia Dias** no que se refere ao trabalho autárquico, para além das atividades inerentes ao desempenho da função, acrescentou o seguinte:

- Transferência de competências em matéria de ação social. Neste momento, o Município tem a coordenação e gestão de dois serviços SAS e RSI;



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

- Projeto Escolhas - Houve uma intervenção na escola, indo um bocadinho ao encontro daquilo que foi referido ao nível da segurança e minimizando alguns comportamentos de indisciplina e alguns comportamentos desviantes que volta e meia acontecem em ambiente escolar.
- Também que ao nível da transferência de competências, informou que em breve sairá um aviso no âmbito do CLDS, portanto, o CLDS vai voltar com a coordenação do Município, esperando, que dentro do próximo mês, mês e meio, seja possível fazer a candidatura.
- Aprovação do projeto RADAR;
- Inauguração das zonas de exposição;
- Presença, na próxima semana, na Bolsa de Turismo de Lisboa, onde será feita a divulgação todos os eventos que se irão realizar no Concelho;
- Amanhã, dia 24, irá decorrer a final de Corta Mato Distrital, em Borba;
- Primeira etapa da Liga Boccia Sénior, no dia 22 de março aqui em Borba. É um projeto da Inatel, “e esperamos ter na nossa prova cerca de 180 participantes, portanto 180 seniores a praticar esta atividade na modalidade Boccia e depois durante as próximas etapas, que serão 6, são 6 Municípios envolvidos, os nossos seniores também irão disfrutar destes momentos nos outros concelhos”
- Associativismo – Têm sido feitas diversas reuniões com as associações sobre os planos de atividade, onde têm sido também abordadas questões sobre Protocolos e Apoios. Têm também reunido com as Juntas de Freguesia, “iremos em breve, reunir com a junta de freguesia da Orada que é a única com a qual ainda não reunimos, mas já está a ser trabalhado nesse sentido (...).”

O Vereador Joaquim Espanhol pediu a palavra para frisar, que a obra para fresagem e colocação de massas na Rua de Montes Claros, já foi consignada, e irá começar no início de março. Explicou, que “vai ser a fresagem e colação de massas na Rua de Montes Claros, desde a Espingardaria até ao cruzamento que vai para o Barro Branco e aqui no Largo da Liberdade, em frente às instalações que nós estamos, Rua António Sérgio e aquele largo em cima que é o largo Rua das Mós, é a fresagem para retirar 4 cm de material e para voltar a meter outros 4 cm de massas novas a quente, que não podemos estar a meter em cima do que está feito porque depois as cotas aumentam e há problemas com isso, portanto, está consignada a obra falta a aprovação



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

do plano de segurança e saúde e a partir daí começa a contar o prazo, mas está previsto no início de março.”

Foi dada a palavra ao **membro Agnelo Baltazar**, que elogiou a renovação do parque, elogiando o trabalho do Vereador Joaquim Espanhol e da Vereadora Sofia Dias pelo esforço desempenhado “(...) e o relatório é espelho disso, mas aprecio sobretudo o vosso trabalho no estatuto de vereadores, por conseguirem convencer o Presidente (...) a fazer alguns investimentos, estou-me a lembrar por exemplo, do aproveitamento do vão das escadas e vosso trabalho é de facto importante. O esforço de manutenção também do AVAC, muitas vezes inglório porque não vamos dando conta dele, mas de qualquer maneira a situação agora está estabilizada. Lembrar-vos apenas de algo de extrema importância que é a Central de Incêndios, porque estamos a aguardar a realização de um simulacro, como todos sabemos não é apenas aquele treino das três ações que se devem fazer, mas é necessário realizar um simulacro naquela sede do Agrupamento de Escolas e como tal precisamos da Central de Incêndios a funcionar em pleno, que é aquilo que não está (...)”

O membro Jorge Pinto pediu a palavra, para abordar os seguintes assuntos:

- Transferência de competências – É um assunto bastante complexo e delicado. Não só em Borba, como no país inteiro, as despesas são superiores às transferências.
- SIADAP – Este sistema é bastante mau. Tem algumas janelas que podem ser aproveitadas em tempo e dentro da lei. Referiu-se ao facto de já ter sido abordado que o SIADAP não tem sido cumprido e não têm sido aproveitadas as poucas janelas que ele tem. “Não sou jurista e, portanto, posso estar a dizer um disparate, mas em minha opinião em prejuízo de todos os trabalhadores da Câmara de Borba, eventualmente, as notificações que tiveram ao longo dos últimos anos são passíveis de nulidade ou de ato nulo, porquê? Porque o trabalhador está sujeito a um avaliador que avalia os seus objetivos. Primeiro, é necessário que todos os trabalhadores tenham objetivos precisos e que é sobre eles que se faz a avaliação, esta Assembleia, como eu há pouco disse, é que superintende os funcionários da Assembleia, nunca nestes anos chegou a mim enquanto presidente ou agora à Presidente, essa posição que é a quem compete participar no objetivo da avaliação e dos critérios de avaliação. Em segundo lugar, há quotas, e os trabalhadores têm direito a reclamar, mas não têm direito a reclamar para o Presidente da Câmara, têm direito legal de reclamar para a Comissão



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

Paritária, e a Comissão Paritária aqui não existe, e o não existir a Comissão Paritária, é um ato passível de tornar nulas as notas dos trabalhadores. Vejam onde chega a irresponsabilidade sobre esta matéria, e sobre a ata expressa da reclamação à Comissão Paritária há recurso ao Presidente, ao Presidente recorre-se depois de passar pela Comissão Paritária, e o Presidente tem 8 dias para deferir ou indeferir o recurso, e depois os trabalhadores não sabem que têm 15 dias, após esses 8 dias, se não receberem resposta, para intentar junto do Tribunal Administrativo uma ação crime contra o Presidente, nada disto se passa em Borba;

- Lembrou, que na sessão de dezembro, confrontou o Presidente com o facto de ter sido feita uma obra no pavilhão de Rio de Moinhos sem procedimento. Perguntou se a obra já foi paga.
- Museu de Borba / Enoteca / Centro Cultural:
 - Quem foi o autor do projeto?
 - Quais os pareceres que foram emitidos?
 - Quais os erros e omissões que os concorrentes, nomeadamente o concorrente vencedor, detetaram em fase de apresentação de propostas?
 - Quais foram as surpresas existentes em obra que não foram detetadas em projeto?
 - Como é que o empreiteiro, a quem obra foi adjudicada, vem agora pôr em causa o projeto a que concorreu, e que coloca problemas de estrutura (nomeadamente de segurança ao que julgo saber sobre aquilo, ou outras) mas que em princípio não tem, ou pode não ter direito a nenhuma delas, porque as tinha que ter detetado em fase de candidatura ao preço que a obra foi.
 - Quais os pareceres existentes externos e internos sobre as anomalias ou eventuais anomalias, levantadas pelo empreiteiro que tem estado com a obra interrompida? Nomeadamente, quais são objetivamente os problemas estruturais e de segurança que não existiram?
 - O projetista porque tem direitos de autor, conhece e já se renunciou e aceita ser lhe declarado um grau de incompetência de tal ordem, que põe em causa o projeto? Porque o projetista, pode pura e simplesmente, no seu direito, recusar qualquer alteração e pode aceitá-los e levar mais dinheiro.
 - Enquanto é que se estima o acréscimo dos gastos desta alteração?



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

- Como é que eles se encaixam nos limites legais e nos termos orçamentais, daquilo que está no orçamento?”

O membro Nelson Gato pediu a palavra, dirigiu-se ao Vereador Joaquim Espanhol e perguntou qual o motivo de se fazer fresagem na Rua de Montes Claros e noutra rua, “aplicando isso, sem mexer por baixo? Aplicamos hoje, daqui por uma semana há uma rutura e temos que mexer outra vez...”

A membro Vanda Godinho pediu a palavra pretendendo ser esclarecida sobre qual o entrave na questão da fibra, “foi um assunto falado desde o início deste mandato, e continua por resolver (...) tenho conhecimento, que apesar do Governo ter caído, nas freguesias de concelhos vizinhos ela está a ser instalada.”

O membro João Morgado pediu a palavra e referiu que também tinha a mesma dúvida que o membro Nelson Gato relativamente à questão da fresagem. Em relação ao Hotel no Convento das Servas, perguntou: “Vai existir? Se é um projeto pra desistir? Se já terminou? Se vai para a gaveta?”, uma vez que o Senhor Presidente referiu que a empresa iria a uma Assembleia prestar esclarecimento e questiona quando é que isso irá acontecer.

O Presidente da Câmara respondeu às questões levantadas e disse:

- Relativamente ao membro Jorge Pinto, disse que a obra avançou, não está paga, “naturalmente que na hora certa, sairá o procedimento correto e a obra será paga como devem calcular. A obra neste momento iniciou, mas não está completamente pronta”.
- Enoteca, “é uma obra que me preocupa muito, aquilo que disse é verdade (...) faz me confusão como é que um projeto que é feito, tudo bem, concorrem duas empresas, (...) a empresa entra e assim que entra, passado um mês ou dois arranja uma confusão desgraçada. Naturalmente falei com os técnicos, os nossos técnicos do Município e falei com as pessoas só uma vez e sinceramente pediram alteração, adiamento e continua tudo na mesma. (...) E quero saber exatamente aquilo que se passa. (...) A sua preocupação, é exatamente a minha preocupação. (...) Pedi às pessoas responsáveis pela Câmara que marquem uma reunião de imediato com a IN SITU e estou à espera que me digam qualquer coisa. (...) o que me incomoda a mim é que são dinheiros que não são nossos e mesmo que



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

haja uma derrapagem grande ou pequena, (...) seja por aquilo que for, incomoda-me isso (...).”

- Central de Incêndios – disse que a sua preocupação, é saber quando é que essa central de incêndios irá funcionar (...) Pedi respostas e disseram que íamos ter essas respostas até ao final de fevereiro. (...)”
- Em relação à questão da fibra – “Quem fazia a fibra, era uma empresa que fez no Barro Branco e na Nora, a DStelecom, entretanto vieram cá falar comigo em dezembro ou novembro, (...) nós tínhamos um preço previsto para Orada e Rio de Moinhos, e quando falamos da Orada, falamos Alcaraviça, Aldeia de Sandes e Rio de Moinhos, cerca de 150.000 €, eles chegaram cá e disseram-me, neste momento tenho 100.000 € e vocês podem pagar até final do mandato, eu disse que sim senhora, passado um dia essa empresa DStelecom disse-me que foi transmitido pela Senhora Ministra Ana Abrunhosa que as zonas brancas vão ser cobertas. Voltámos a falar com DStelecom, (...) na altura, falei com quem tinha que falar em termos de dinheiro e as coisas estão como estão. É evidente que aqui ao lado, outros Municípios têm fibra e estão felizes, (...)”
- Hotel Convento Servas - “(...) disseram que vinham cá falar connosco há um mês atrás, por enquanto nada (...)” O que se passou, foi que as pessoas compraram, pagaram e depois há um contrato que está a ser feito e para sermos muito objetivos “essas pessoas tinham o dinheiro dos Visto Gold, que, entretanto, como vocês sabem, acabaram. (...) estão a tentar através de um Fundo Ambiental, não sei exatamente qual é, e quero que me expliquem quando cá vierem a explicar a vocês todos, e estou à espera que venham cá, eu pedi-lhe a semana passada uma reunião disseram que o senhor, o diretor executivo, Ceo da empresa estava fora, (...) eles disseram que vinham cá explicar o que é que se está passar.
- Estaleiro da Câmara - Foi pago: 300.000 €. “Tivemos uma reunião, anteontem, e ontem confirmámos para comprar, um sítio para ser o estaleiro fundamental da Câmara de Borba. Estamos há espera de uma avaliação e depois em função da avaliação iremos discutir com a pessoa, felizmente a pessoa que está em causa para vender-nos aquilo que nos interessa a nós, é uma pessoa que nos dá um bocado de espaço de pagamento, tempo de pagamento, isso é muito bom.” Acrescentou, que enquanto aqui estiver, o prazo para pagamento será enquanto durar este mandato.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

O membro João Morgado pediu a palavra e disse “Eu sei que a Câmara tinha 18 meses, tínhamos 18 meses para entregar os estaleiros, quanto tempo temos ainda Senhor Presidente? Ou esse tempo, como eles não avançam, está em suspenso?”

O Presidente da Câmara, respondeu que os prazos estão salvaguardados, o importante seria que se fizesse um investimento a sério, (...) “mas eu queria muito que as pessoas viessem aqui e nos dissessem a nós «falhou, porque os Vistos Gold falharam, neste momento temos essa hipótese e temos x tempo para fazer a hipótese ou então acabou-se o Hotel”, eu não gosto de conversas de meia tigela (...)”

O membro João Morgado pediu a palavra e disse que pelo que ouviu, “corremos o risco, Câmara Municipal, de chegar ao tempo, a Câmara Municipal fazer a descentralização dos estaleiros para uns estaleiros definitivos, e não termos obra lá em cima, corremos esse risco ou não? Na sua perspetiva daquilo que o Senhor tem falado com as direções?”

O Presidente da Câmara respondeu e disse “Uma coisa muito certa, a Câmara de Borba não vai perder os 300.000 € que recebeu, e de outra forma muito objetiva, o local onde está o estaleiro, com o devido respeito já devia ter sido mudado há muito tempo, penso que estamos todos de acordo. Agora, se estivermos os estaleiros em condições, a sério, digno que permita que as pessoas trabalhem de uma forma segura e ficarmos com aquele terreno que vai ser sempre nosso, em caso da não execução da parte deles aquele terreno é sempre nosso e não perdemos coisa nenhuma, agora o que eu queria de uma forma objetiva é que essa gente mesmo que atrasasse um bocado, voltasse e dissesse «atrasámos um ano ou atrasámos seis meses, mas vamos avançar com o investimento», isso é que importa (...) recuperam uma coisa que é património do Estado, a Igreja Convento da Servas, e o resto investem, é isso que a gente quer. (...) neste momento, acho que falta o estudo de impacto ambiental, que está a ser feito por uma pessoa da Universidade de Évora (...)”

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Vereador Joaquim Espanhol** para responder às questões colocadas:

- Museu de Borba e Enoteca – “a obra está toda documentada, nem podia ser de outra forma. O projetista aceitou já alguma parte daqueles erros e omissões, (...) pedimos o parecer externo à antiga Direção Regional de Cultura do Alentejo, em paralelo pedimos também o



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

orçamento à empresa. A obra só parou, porque foram levantadas essas questões e porque nós quisemos. A obra tem muita frente de trabalho, o problema é que nós com esta empresa já tivemos problemas noutras obras, portanto, só avançamos para a obra em estando tudo preto no branco (...) é um concurso público, se a empresa concorre e o critério é o valor mais baixo, sendo o valor mais baixo temos que aceitar e é isso que está em cima da mesa. (...) para que as coisas não se arrastem muito mais tempo, pedimos também para a empresa orçamentar aqueles trabalhos complementares que nós temos consciência que vamos ter que pagar a mais, mas isso depois será tudo discutido, (...) por isso é que estas coisas levam muito mais tempo, mas havia mais frentes de trabalho, dado o historial que temos com a empresa, paramos por aqui, vamos pôr tudo em pratos limpos e a partir daí avançamos para o trabalho como deve ser”

- Rua Montes Claros e Rua António Sérgio - Estas ruas não foram escolhidas ao acaso “(...) há muitas mais ruas a precisarem, como falamos aqui, só que não vamos fazer este tipo de trabalho porque hoje estamos lá a meter massas e andar com cilindros e amanhã temos lá uma rutura.”

Explicou que a Rua Montes Claros tinha um problema a nível de sumidouros, sifonaram os sumidouros porque havia ali sempre muitos cheiros na parte do verão, dado que há ali muita conduta de esgoto ligadas às águas pluviais e ainda agora lá andam a fazer uma intervenção “porque assoreou uma madre de água, quando nós vamos no sentido do Barro Branco do lado direito, uma madre de água que apanhava água daqueles terrenos e depois ia ligar a uma conduta de esgoto, como assoreou, e ainda bem que assoreou, porque foi uma maneira de sabermos que passava lá essa madre de água, passa até por baixo de uma casa que está lá em ruínas. Nós agora o que fizemos? Essa ligação dentro da estrada que vamos intervir já está feita, portanto já temos isso junto ao muro que lá está, para depois ligar no interior de um terreno privado, mas pronto essa parte está salvaguardada que é para não termos esse dissabor daqui amanhã.”

Essa rua foi escolhida, porque tem condutas com cerca de 30 anos. Desde que cá estão, nunca lá houve nenhuma rutura, o que lhes dá garantia para poder avançar.

O membro Jorge Pinto pediu a palavra e dirigindo-se ao Vereador Joaquim Espanhol, disse que a opção de parar a obra foi a mais correta, “mas temos presente, que não é só o projetista o responsável, é o empreiteiro que não detetou em fase de projeto, em fase de apresentação de



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

propostas, as omissões, e ele «tem que os engolir» Trabalhos a mais, é uma coisa diferente de erros e omissões.

A Presidente da Assembleia interveio, para perguntar ao restante plenário, se pretendem continuar a sessão ou se passam para outro dia.

O Plenário concordou com a continuação da sessão

Continuando a sua intervenção, o **membro Jorge Pinto** referiu-se ao que fora dito pelo Presidente, na sessão de dezembro sobre a obra de Rio de Moinhos, nomeadamente o facto da mesma ter começado sem procedimento “e hoje fez pior, disse que vai encontrar um procedimento para encaixar essa obra, então eu vou tornar hoje aqui publico o seguinte, no dia em que essa obra for paga, o membro desta Assembleia Municipal Jorge Pinto, vai pedir toda a documentação e ela irá servir de sustentação da declaração de voto, contra a Conta de Gerência de 2024, que seguirá na declaração de voto para o Tribunal de Contas, fiquemos tranquilos e transparentes.

Quanto ao problema dos resíduos, que considera ser o mais complexo do mandato autárquico, o membro Jorge Pinto disse que o que está definido no “PENSAR 30” é a meta dos bio resíduos, “dizer apenas isto, não me vou referir ao distrito Évora, vou-me referir ao distrito de Setúbal que tem muito mais população, muito menos área e muito maior escala para tratar isto, em 2015 a tarifa em alta era de 23,70 €, em 2019 era de 20,90 €, em 2022 era de 43,50 € em 2024 era de 77 € esta evolução louca, de pensarmos que estamos todos no Centro da Europa e que a população de Pardais bebe o mesmo número de Coca-Cola que a população de Bruxelas, que é assim que isto é tratado, vai levar à revolta dos portugueses tal como está a levar neste momento à revolta dos agricultores e das forças de segurança.”

O **membro Lino Amaro** pediu a palavra, para perguntar ao Vereador Espanhol, porque é que todas as semanas existem ruturas em Borba? “Não só as ruturas estão feitas, como a reposição do pavimento nessas ruturas, no Bairro Popular 1º de maio estão a meter (...) o alcatrão em cima de tout-venant (...) Todas as semanas o MUB faz uma publicação que temos corte de água em várias zonas do Município cortes de água, além do tempo que demora a reposição do pavimento, que é lamentável (...) metemos alcatrão em cima dos buracos (...) é normal isso?”

Foi dada a palavra ao **Vereador Joaquim Espanhol** que respondendo à questão colocada sobre a existência de tantas ruturas, disse que se deve ao facto das condutas terem muita pressão



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

e sendo condutas velhas, é normal que estas situações aconteçam. Informou que têm umas válvulas de monitorização que ajuda a perceber quando existe ruturas, porque o controlo é feito durante a noite e quando existe um aumento do volume do gasto de água durante duas ou três noites, sabe-se logo que existe ali uma rutura. Para descobrir onde é a rutura, tem que ir com um aparelho que deteta onde se localiza a rutura ou levantar as caixas, caso não apareça à superfície. Explicou que não se mete massas novas neste tipo de ruturas porque ao fim de uns tempos pode voltar a ocorrer uma rutura, assim era estragar o trabalho que era feito e deitar dinheiro fora.

Quanto à questão de se colocar tout-venant em cima das ruturas e deixar durante um tempo sem meter massas, explicou que tem que se deixar abater primeiro o tout-venant, para quando for colocada a massa, não ficar um buraco. Explicou ainda, de forma mais detalhada, a forma como são feitas as reparações.

O membro **João Morgado** pediu a palavra para complementar a explicação feita pelo Vereador Joaquim Espanhol, dizendo que naturalmente na altura escolheram as melhores tubagens que havia, e esse material são tubos de lusalite (amianto), e são tubos com 1.5m/2m unidos por uma borracha. Muitas das vezes quando a água é cortada, e para se reparar aquele troço, existe uma pressão a montante, que vai rebentar não o tubo, mas sim a borracha que existe na ligação.

PONTO QUATRO: Informação sobre a Sessão Comemorativa do 50º aniversário do 25 de abril e ações da iniciativa da Mesa da Assembleia Municipal.

A **Presidente da Assembleia** deu início a este ponto da ordem de trabalhos, informando que as iniciativas que estão a ser preparadas neste âmbito, contam com a participação das Juntas de Freguesia do Município e dos serviços do Município.

Informou que a sessão dos 50 anos do 25 de Abril, decidido ou chegado a acordo com o Senhor Presidente, será em princípio, no pátio interior da Câmara Municipal, pela acessibilidade, pela acústica e por ser um espaço maior. Haverá transmissão em direto, com alguma intervenção musical. Porém, terá que se arranjar uma alternativa.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

Outra iniciativa da mesa será arranjar tudo o que diga respeito ao Concelho de Borba e fazer a instalação de uma exposição que vá de 1933 ao 25 de Abril, com a temática “Do Estado Novo ao 25 de Abril”, fazendo uma recolha no arquivo histórico e mostrar à população, “porque sem Estado Novo nunca teria existido o 25 de Abril, sem ditadura nunca teria havido uma revolução para instaurar uma democracia.” Por esse motivo, a mesa achou importante fazê-lo. “Envolveu-se os arquivos do Município, a Biblioteca Municipal, nomeadamente os livros censurados, as Juntas de Freguesia, (...) reunindo tudo, contar um pouco como era e como foi este período da implantação de uma ditadura em Portugal que foi do período de 33 a 74. Partilharei convosco como é que deverão proceder, mas este é o conceito desta exposição com o patrocínio direto da Assembleia Municipal (...)”

Ainda em relação à Sessão Solene das Comemorações lançaram um desafio, com ajuda do professor Agnelo junto dos alunos do 9º ano, entre eles vão escrever um discurso, e desse discurso há um que vai ser selecionado e será convidado a discursar na sessão. “Vou também lançar um desafio, e esse foi o único contato que ainda não fiz, junto da Santa Casa da Misericórdia e das Associações (...) onde haja cidadãos seniores, para entre eles, lançar também este desafio de fazerem um discurso, enviarem para nós e nós depois selecionamos um. Isto para ter o conceito de passado, presente e futuro.”

O Presidente da Câmara pediu a palavra, mostrando o seu total acordo em relação a todas estas iniciativas, acrescentando que na noite de 24 de abril para 25 de abril, irá haver fogo de artifício, e sem se gastar muito dinheiro, haverá um momento musical que consiga ir ao encontro do conceito, passado, presente e futuro.

A Presidente da Assembleia, informou ainda que a sessão do dia 25 de Abril de 2024 será pelas 15 horas para que possa haver alguma gestão do tempo, porque há a arruada, o hastear das bandeiras e arruada pelas freguesias, “(...) se no mesmo espaço, se realizar um espetáculo, haverá tempo para adaptar as coisas e montar-se tudo para a Assembleia, onde haverá um momento musical surpresa e após termino da sessão comemorativa serão todos convidados para irem à inauguração da exposição da Assembleia Municipal que em princípio será no Celeiro. A exposição irá coabitar com mais duas exposições, que fazem todo o sentido entre elas (...)”



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024)

Terminou esta sua intervenção, informando sobre a calendarização das sessões para o ano 2024:

- Dia 25/04/2024 – Sessão Extraordinária das Comemorações dos 50 anos do 25 de abril
- Dia 26/04/2024 – Sessão Ordinária
- Dia 21/06/2024 – Sessão Ordinária
- Dia 20/09/2024 – Sessão Ordinária
- Dia 20/12/2024 – Sessão Ordinária

Referiu também, que a transição do novo presidente será feita na sessão de 21 de junho.

Por não haver mais assuntos a tratar a **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 00 h 33 m do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, da qual se lavrou a presente ata composta por trinta e seis páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria João Barroso Lopes

O Primeiro Secretário

Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar

O Segundo Secretário

Jorge Manuel Oliveira Pinto